

Salvos pela cruz de Cristo?

irmão Pierre-Yves

Introdução

Como dar conta, hoje em dia, da relação entre a morte de Cristo na cruz e o perdão dos pecados, a libertação dos pecadores – em suma a «salvação», na linguagem do Novo Testamento? O nosso projecto é propor a este respeito uma curta exposição, uma espécie de concentrado do essencial. Utilizamos todo o tipo de fontes. A nossa originalidade consistirá na abordagem, no desenvolver da exposição, com as suas diferentes etapas.

Que fique claro desde o início: a cruz de Cristo não se pode separar da sua ressurreição. Se a cruz resulta na libertação, é devido à Páscoa. E a Páscoa seria apenas um mito se o Ressuscitado não fosse também o Crucificado. É, aliás, da ressurreição que deve partir a fé, para descobrir depois que o caminho passa pela cruz e, numa segunda fase, reconhecer que é identificando a nossa vida com a Paixão do Crucificado que chegamos à ressurreição. É o que nos ensina São Paulo na sua epístola aos Filipenses (3,10-11).

Mas não podemos querer abordar tudo de uma vez. E é na morte de Cristo na cruz que concentraremos a nossa atenção, pois é essa morte e o seu impacto na nossa vida que levanta tantas questões hoje em dia. Porque é que ao longo do Novo Testamento é dito repetidamente que Cristo morre «por nós», «pelos nossos pecados» e para nos libertar deles? Mas, antes de mais, o que é afinal o «pecado» para motivar todo o drama da Paixão? No entanto, antes de irmos ao cerne da questão, é preciso ultrapassar primeiro quatro obstáculos.

Primeiro obstáculo: o termo «salvação»

Efectivamente, o anúncio da salvação, termo tão frequente ao longo do Novo Testamento, parece estranho e até mesmo exótico hoje em dia: excepto caso se esteja perdido no mar, quem é que pede para ser salvo? Ora, não eram só os Judeus daquele tempo, nem tão-pouco apenas os pagãos convertidos ao cristianismo, mas todas as populações vizinhas que esperavam a salvação, o que supõe efectivamente um certo sentido dramático da existência. O que é que pesava sobre as pessoas? Um sentimento de dívida perante uma ou outra divindade? Ou a noção de se estar em busca de uma justiça pessoal, com medo de não a alcançar? Ou ainda a necessidade ardente de uma vida de liberdade e felicidade, quando estas pareciam sempre inatingíveis? Em suma, um sentimento mais ou menos difuso de peso na consciência, de infelicidade, de derrota, um sentimento de dever por cumprir, pesado e sob o qual se tem medo de sucumbir? Sim, uma concepção consideravelmente dramática da vida.

Isto não significa que, na nossa existência, procuremos necessária e doentamente o drama. Antes seríamos tentados a esquivar-nos dele. No entanto, não encontramos inevitavelmente uma certa dimensão dramática da existência a partir do momento em que procuramos encontrar-nos verdadeiramente a nós mesmos e colocar-nos perante os outros em liberdade e com um sentido apurado das nossas responsabilidades? Encontramos apenas relações humanas difíceis, conflitos impossíveis de resolver cujos contornos nos escapam. Para além de que nenhuma comunhão interpessoal, por muito profunda que seja, pode transpor um certo limiar de opacidade. Somos assim confrontados com uma certa dimensão dramática da existência que é preciso atravessar e – se possível – superar e ultrapassar.

Para além das tribulações sempre presentes e sempre ameaçadoras, em qualquer existência, quantas derrotas pessoais ou colectivas, quantas tentativas falhadas, falsas esperanças, das quais, bem ou mal, temos de nos recompor para eventualmente daí tirar algum partido. Além disso, em qualquer vida minimamente consciente de si mesma e ainda que apenas ligeiramente exigente em termos espirituais, apenas decepções na busca de uma perfeição que constantemente nos escapa...

Face a isto, a fé cristã não é apanhada de surpresa. Para a fé, a salvação não começa por eliminar o drama interior, mas por situá-lo tanto psicológica como espiritualmente. A evolução da criança oferece-nos uma parábola: de um egocentrismo original que convoca tudo para si, ela é chamada, através de muitas etapas, a participar em relações cada vez menos fundidas com os outros, cada vez mais gratuitas, e a crescer em si mesma, a personalizar-se, não independentemente dos outros, mas em ligação com eles. Dura empresa, interminável...

Da mesma forma, há no ser humano um desejo de auto-suficiência que falseia à partida o seu desejo de autonomia. O homem sonha-a absoluta, como se ele fosse o centro único e Deus e os outros estivessem ao serviço desse absoluto, um absoluto que se quer sem dependências nem obrigações. Ser «como deuses», ser de certa forma Deus (o Deus que imaginamos). Com uma revolta contra qualquer ideia, também ela imaginária, de um Deus que quer submeter-nos à sua onipotência. A «onipotência», também ela mais um sonho sem correspondência com a realidade.

A realidade é que o ser humano só se transforma em si próprio na medida em que recebe o que é dos outros e, principalmente, de Deus. A sua verdade é estar em comunhão, aprender a amar de uma maneira que tende a ser generosa. E, em primeiro lugar, a sua verdade, a sua vocação essencial, consiste em participar com Deus nessa relação de aliança, nesse grande projecto cujo objectivo fez com que Ele criasse o mundo e desse origem à humanidade e, nela, a cada um de nós. Relativamente a essa aliança, somos calorosamente convidados a sabermos-nos dela ditos parceiros e a descobrir esse Deus que, na parábola, afirma: «Tudo o que é meu é teu» (Lc 15,31).

Deus oferece-me a mim mesmo precisamente no mesmo movimento em que, em resposta, eu me ofereço a Ele. Esta é a reciprocidade da aliança, uma reciprocidade chamada a aprofundar-se até ao infinito. Assim, mesmo se a salvação evoca inicialmente uma libertação operada por Deus relativamente às forças negativas que me habitam, esta consiste, na realidade, numa comunhão nova ou renovada.

Segundo obstáculo: o que é o «pecado» e qual a sua relação com a morte?

Aqui falarei no «eu», pois, reflectindo sobre o que é o pecado, só posso pensar em mim. A salvação do outro, o seu pecado, o grau da sua responsabilidade escapam-me e, de qualquer forma, não são da minha conta. É o segredo de Deus. Sobre este assunto não devo especular, mas rezar.

Acerca do pecado, não comecemos por pensar num determinado erro moral, numa dada falta. O pecado explica-se, no plano espiritual, a partir do que acabámos de ver relativamente a esta procura obstinada e egoísta de si mesmo, essa tendência fundamental do ser humano a que sou constantemente tentado a ceder.

Daí o meu egocentrismo. Não o do recém-nascido, irresponsável, mas aquele que, consciente ou voluntariamente, me traz para mim mesmo e no qual me encerro com satisfação, apesar do que possa saber acerca de Deus, da sua aliança e do que Ele espera de mim para o meu supremo bem.

Forma de conceber e de fazer tudo a meu bel-prazer em detrimento do outro, dos seus direitos, das suas legítimas expectativas. Forma de, na minha vida, sub-repticiamente reclamar sempre o primeiro lugar, o lugar de Deus, do amor.

Noutros termos, o pecado, sob todas as formas, revela-se como uma recusa de solidariedade e de comunhão, porque num dado momento recusa deliberadamente o preço a pagar por isso. Neste sentido, é importante lembrar que, para a Bíblia, o pecado consiste, em primeiro lugar, em falhar o alvo, como um mau atirador – o alvo sendo realizar-se na comunhão. Relativamente a este aspecto essencial que é a aliança oferecida por Deus, o meu pecado consiste em quebrar essa aliança, em recusar as suas exigências e, ao mesmo tempo, faltar a mim mesmo, à minha verdade humana, à minha verdadeira liberdade e ir deliberadamente perder-me longe de Deus. Que maldição...

Nesse momento impõe-se o tema da morte. O que é a morte para mim, fora da perspectiva da aliança? Escolher Deus não será para mim escolher definitivamente a vida? Amar, num certo despojamento de si, não será descobrir a minha vocação humana e crescer na minha verdade mais pessoal? Fazer minhas as exigências do amor não será encontrar a fonte da minha verdadeira liberdade? Então, afastar-me de Deus, evitar o amor e as suas exigências, não será condenar-me necessária e dramaticamente à morte? Ela é, diz São Paulo, o «salário do pecado» (Rm 6,23). Escutemos o seu raciocínio lógico e necessário. Ela sela o fracasso do egocentrismo, esse sonho do homem de só depender de si mesmo e de ser o seu próprio fim. Ela é entendida como uma sanção, um castigo, e como uma injustiça, claro, quando devíamos reconhecer nela a derradeira consequência da escolha que fizemos.

Definitivamente, ela é a maldição daquele que, sabendo, se afasta de Deus, tal como Judas, saindo de noite e com que intenções... E isto apesar da mão que Jesus lhe estende. Porque Deus não abandona ninguém à perdição nem nunca a defende. Multiplica os chamamentos e as ocasiões para que retomemos o caminho.

Pelo contrário, na perspectiva da aliança, a morte deve ser vista como a última etapa na terra rumo à vitória de Cristo, à realização final da páscoa daquele que já seguia Cristo ressuscitado. Sabe que Ele estará de pé, vindo ao seu encontro, e, morrendo, exclama (ou murmura) com Estêvão: «Senhor Jesus, recebe o meu espírito» (Act 7,59). O que a morte tem de dramático por tudo o que nos obriga a deixar para trás, desprendendo-nos de tudo o que perfaz a nossa existência aqui na terra, é como que absorvido pela vitória de Cristo.

Perante a morte, Jesus não deixou de enfrentar o drama. Ele, o homem livre por excelência no que diz respeito ao Pai e aos homens, torna-se livremente solidário com estes últimos até à maldição da morte do pecador, à qual é condenado pelos seus inimigos. Terá sido Deus a impor-lhe este destino? O Novo Testamento parece por vezes dizê-lo. Não, esse Outro de Si mesmo, que é o Pai, confia ao seu Filho bem-amado, com confiança, esta missão que só Ele poderá realizar: ir ao encontro da sua criatura tresmalhada até então. Mas ao longo da sua Paixão e do seu caminho para a cruz, muito longe de Se submeter à morte, Jesus encontra a forma definitiva de Se receber e de Se dar ao Pai e aos homens. Aí está, efectivamente, o verdadeiro sentido da vida humana – receber-se, dar-se – e começa aí a razão de ser do Filho de toda a eternidade. Assim, a morte humana, em Jesus, revela-se o que sempre deveria ter sido: a plena e definitiva entrega de si ao Criador para se aceder à nova criação.

Terceiro obstáculo: o termo «justiça»

Muitos de nós ouvimos na catequese a explicação da cruz como condenação de Deus da humanidade pecadora. A misericórdia de Deus consistiria então em fazer recair esta condenação, inevitável e necessária, sobre o inocente que é Cristo, para poupar os pecadores. A justiça teria necessariamente este preço.

Um teólogo ortodoxo, perante esta justificação da cruz, perguntava-se como é que o Ocidente fora capaz de transformar desta forma Deus num pai sádico. De facto, esta interpretação é ocidental. Desenvolveu-se a partir do século XI, provavelmente sob a influência do direito germânico sobre a teologia. Foi amplamente retomada e veiculada tanto pela tradição católica como pela protestante.

É difícil saber se haveria algo semelhante a uma tal teoria no Novo Testamento. Seria paradoxal e nunca há vantagens em transformar um paradoxo em evidência. De facto, a Paixão é um processo – ainda que confuso – com o qual Deus, através do seu Enviado, se compromete e através do qual é condenado. Mas estaríamos muito enganados se entendêssemos o termo «justiça», tão frequente nos dois Testamentos, no sentido de uma justiça castigadora e distributiva, funcionando num sistema de olho por olho e dente por dente.

Próxima de termos como misericórdia, graça e amor, a justiça consiste antes de mais, ao longo da Bíblia, numa rectidão nas relações, numa harmonia. A palavra pode aliás traduzir-se ora por «salvação» ora por «vitória». Na sua justiça, Deus, ao perdoar, ao «justificar» quem fez o mal, entende restabelecer com ele uma relação feliz e harmoniosa. E espera do homem perdoado uma atitude de justiça e de santificação, que consistirá em harmonizar-se com o projecto de vida que Deus tem para ele – o projecto da aliança. Deus tem esperança no homem «contra todas as expectativas».

Quando a lei ou os princípios de vida, muito numerosos no Novo Testamento, se tornam um meio de nos justificarmos diante de Deus, afastamo-los do seu objectivo e tomamos o lugar de Deus, o Único que pode justificar. O objectivo da lei e dos seus princípios de vida consiste em indicar-nos o caminho para que possamos receber a justiça de Deus, agradecer a Deus e de n'Ele nos comprazermos.

Nesse momento, Cristo crucificado revela-se, verdadeiramente e em simultâneo, justiça de Deus e nossa justiça. Estabelece a de Deus justificando o pecador arrependido. Realiza a do homem levando-o consigo na sua resposta de amor perfeita e na sua entrada na vida.

Quarto obstáculo: a representatividade de Jesus

Aqui, mais uma vez, o que parecia evidente na tradição judaica e na do Novo Testamento levanta problemas neste tempo de forte individualismo. Ao contrário do «cada um por si» dos nossos dias, todo o ser humano era considerado representativo da humanidade, da humanidade encarada como uma unidade, não de modo abstracto, mas segundo uma realidade de ordem espiritual. É-nos difícil imaginar isto hoje em dia.

Temos, no entanto, experiências de estreita solidariedade humana, de profunda comunhão, em que pressentimos que a humanidade é só uma e que todo o ser humano tem algo a oferecer. Pensemos no nosso arrebatamento interior quando alguém se oferece para morrer pelo outro (como o Pe. Kolbe, por exemplo). Pensemos em tantos homens e mulheres que não hesitam em arriscar a vida pelos outros ou que simplesmente a dão em serviço, como se ela pertencesse aos outros. Pensemos ainda no sofrimento de alguém que nos afecta quase como se fosse nosso. Tudo situações em que nos apercebemos de que a humanidade não é apenas uma justaposição de indivíduos, mas antes tende a ser uma unidade de que todos os seres humanos são representantes. Era neste sentido que o Irmão Roger gostava de falar na «família humana».

Nesta perspectiva, Jesus, de forma única e absoluta, constitui o Homem por excelência e nem Pilatos sabia a verdade que afirmava quando disse: «Eis o Homem». Em São João, esta frase deve ser lida em dois sentidos: Eis o vosso homem, o indivíduo que me trouxeram; e eis a imagem do Homem tal como foi eternamente projectado pelo Criador, eis o representante real de todos os seres humanos aos olhos de Deus. De facto, da maneira como Deus se empenha para vir ao encontro da humanidade no mais íntimo de si própria, não podemos compreender o porquê da encarnação e da Paixão de Cristo se não reconhecermos n'Ele o Filho de Deus feito irmão de cada um de nós. Nosso irmão e, acima de tudo, nosso representante diante de Deus – ou melhor ainda: a minha presença quase pessoal em Deus. Podemos dizer que Ele toma o nosso lugar para viver diante de Deus uma existência humana que responde perfeitamente ao amor do Pai e que enfrenta por nós a maldição da morte. Mas, paradoxalmente, Cristo toma o nosso lugar sem no-lo tirar. Pelo contrário: Ele deixa-nos o nosso lugar inteiramente. Pelo seu nascimento humano, toma a minha vida e leva-a consigo

para que eu faça parte da sua: da sua existência na terra, plena de liberdade e de obediência, da sua cruz dolorosa e vitoriosa, da sua vida de eternidade. N'Ele o dom de Si face à maldição da sua morte é tão grande que Ele a transforma em bênção, para Ele e para nós. Eis o que Cristo é para mim, para ti, para nós. É por isso que o Apóstolo fala do baptismo como a forma como o Pai, pelo Espírito Santo, nos faz participar na existência humana de Jesus morto e ressuscitado.

Podemos dizer que Deus preconiza inteiramente uma dupla identificação, não psicológica, mas da ordem do ser. Por um lado, Cristo identifica-se verdadeiramente com todos e com cada um de nós. Ele encarna o nosso destino ao ponto de São Paulo ousar escrever: «Cristo resgatou-nos da maldição da Lei (de uma lei impossível de realizar), ao fazer-se maldição por nós, pois está escrito: Maldito seja todo aquele que é suspenso no madeiro» (Gl 3,13; Dt 21,23). E ainda: «Aquele que não havia conhecido o pecado, Deus o fez pecado por nós» (2 Cor 5,21). Uma passagem para exprimir aquilo em que consiste o grande projecto de Deus a que Jesus adere com todo o seu ser: libertar-nos do pecado. Sim, Ele é eu, Ele é nós a esse ponto.

Por outro lado, a nossa identificação com Ele resume-se talvez nesta afirmação do Apóstolo: «A nossa vida está escondida com Cristo em Deus» (Cl 3,3). Uma antecipação que é já real, embora ainda escondida, por cuja revelação o cristão espera. Ou seja, para a fé e na esperança, Jesus ressuscitado é – digamos: o lugar? Não, o ser – no qual devemos colocar a nossa existência, no qual nos devemos integrar verdadeiramente.

Olhar para Cristo na cruz, para mim, é assim, na verdade e na realidade, a oportunidade de me ver diante Deus: pecador maldito que corre o risco de permanecer assim até chegar ao ponto de merecer a cruz, mas filho (ou filha) libertado e abençoado no Filho, graças à sua oferta de Si mesmo na qual se exprime já todo o dinamismo da Páscoa. Essa oferta em que Ele me leva consigo, como tão intensamente exprime a eucaristia.

Os quatro evangelistas

Que a Paixão e a Cruz são «por nós» sabem-no e dizem-no os quatro evangelistas: é aliás o que Jesus pretende dar a conhecer quando institui a eucaristia, profecia dos acontecimentos que se iam seguir. Mas este «por nós» tem um sentido de tal forma intenso que não seríamos capazes de o esgotar ao tentar pô-lo em palavras.

Em Marcos, o mais antigo, o essencial parece jogar-se entre duas intervenções. Primeiro a de Jesus, de que o Evangelista dá conta: «Meu Deus, meu Deus, porque me abandonaste?» Terrível grito d'Aquele que enfrenta a maldição do pecador. E a outra, do centurião encarregado de supervisionar a execução de Jesus: «Verdadeiramente este homem era Filho de Deus!» - verdadeiramente, a sua maneira de enfrentar a morte revela n'Ele o mistério do Filho e a sua proximidade do Pai.

Em Mateus, voltamos a encontrar estas duas passagens, embora com menos destaque. A ideia do evangelista é que a morte do Crucificado revela perfeitamente o julgamento do mundo e o desvendar do lugar santíssimo. Dito de outra forma, o julgamento final é n'Ele antecipado, Jesus realiza o apocalipse na sua Paixão. A história é como que consumada e surge o Reino. Naturalmente, a história continua, mas aos olhos de Deus ela chegou ao seu fim: «tudo está consumado». Isto para que a perspectiva passe a abrir-se para nós (se realmente quisermos) não sobre o julgamento, mas sobre a luz do Reino.

Em Lucas, dá-se conta de várias intervenções de Jesus: a sua prece pelo perdão daqueles que O crucificam (ora quem é que, em maior ou menor medida, não faz parte deste grupo?), a promessa ao ladrão arrependido de o receber ainda nesse dia no paraíso, a sua oração de entrega ao Pai. Todas estas passagens seguem a mesma linha: Jesus faz da sua morte não só uma oração pelo perdão, mas a concretização dessa oração, o próprio perdão de Deus.

Em João, o foco está principalmente na vitória gloriosa e quase real do amor em Jesus e essa vitória, ainda que paradoxal, emerge ao longo de toda a narração da Paixão. Aliás, João situa a Paixão no contexto da Páscoa judaica e do cordeiro pascal. João situa a crucificação de Jesus no momento em que, naquele ano, os Judeus sacrificavam o cordeiro, esse Cordeiro a que não será quebrado nenhum osso (Jo 19,33; Ex 12,46). A morte de Cristo significa, assim, o sacrifício pascal definitivo e a nova aliança: o cumprimento de tudo o que significava para os Judeus o acontecimento fundador da libertação do Egito. No mesmo sentido, São Paulo escreve: «Cristo, nossa Páscoa, foi imolado» (1Cor 5,7). E daí tira a conclusão de que a vida cristã, na santidade, deve ser considerada como que a celebração dessa Páscoa.

Quanto à Carta aos Hebreus, esta é inteiramente dominada pelo seguinte tema do Antigo Testamento: o «sacrifício pelo pecado». Este nunca teve o sentido de uma punição caída sobre o animal sacrificado, mas sim o sentido positivo de um perdão reencontrado, de uma aliança selada de novo com Deus através da oferta do sangue, isto é, da vida, que pertence a Deus. O sumo-sacerdote, para fazer as oferendas, entrava uma vez por ano no santo dos santos do templo. É esta imagem, no papel desempenhado pelo sumo-sacerdote, que permite à epístola celebrar a cruz como o sacrifício definitivo pelo pecado, em que de uma vez por todas o Sumo-Sacerdote se apresenta diante de Deus para lá do véu (ou seja, para além das aparências deste mundo) com a oferenda da sua própria vida. Em Jesus, o Sacerdote e o Cordeiro sacrificado coincidem perfeitamente por toda a eternidade. O sacrifício é perfeito.

Será possível imaginar o escândalo espiritual, a crise profunda, que este fim dramático do ministério de Jesus trouxe aos seus amigos, aos seus discípulos, os crentes? Bem como o esforço de fé e de inteligência que foi necessário para conseguirem dele dar conta a partir da experiência de fé da ressurreição? Tudo isto apoiando-se nas Escrituras, que, na altura, consistiam apenas no Antigo Testamento. Precisavam, de certa forma, de justificar Deus, bem como a sua fé em Cristo, antes de mais aos seus próprios olhos, mas também com vista à pregação.

O sentido da cruz

Tendo ultrapassado estes quatro obstáculos e considerado a forma como cada evangelista considera e justifica a morte de Jesus, podemos abordar a cruz de um modo que se quer sistemático e progressivo, partindo dos aspectos mais evidentes para os mais misteriosos, dos mais simples para os mais complexos.

1. Jesus morre, condenado sumariamente como malfeitor e blasfemo, de uma morte vergonhosa reservada aos escravos, aos desprezados, Ele, o Enviado de Deus, o Messias reconhecido pelos seus discípulos. Desta forma, Jesus associa o nome de Deus a tantos homens, mulheres e crianças vítimas de injustiças e oprimidos pela violência, sem defesa possível.

2. Esta morte é consequência directa da sua mensagem, logo da sua obediência à missão que o Pai Lhe confiou. Aos judeus notáveis, o que os escandaliza é a nova concepção da Lei que Jesus traz, de um Deus próximo dos pobres e dos pecadores, do Messias sem poder político, da universalidade da salvação. É também, na autoridade da sua palavra, concretamente quando perdoa em nome de Deus, uma pretensão de se apresentar em nome de Deus. No que diz respeito aos Romanos, Ele surge como uma ameaça à ordem pública e à autoridade do imperador. N'Ele toma corpo a figura do justo perseguido, à imagem de Elias e de Jeremias. É realmente a sua fidelidade à sua missão humana e divina que se sela na Paixão e na cruz.

3. Jesus profetizou a sua morte quando Ele, o Senhor, lavou os pés aos seus discípulos. Encarna assim a figura do servo, do homem para os outros (como gostamos de dizer hoje em dia), e leva a sua solidariedade para com todos os homens às últimas consequências. Esta morte tem, assim, sentido, não só devido aos homens, mas por eles. «Padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado», diz o Símbolo de

Niceia-Constantinopla, ao passo que a primeira formulação da fé apostólica, transmitida por São Paulo, se exprime da seguinte forma: «Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras» (1Cor 15,3).

4. Perante esta falta de justiça, aquele ódio, a infâmia que é a cruz, só o amor, que tudo pode quando vai até ao fim de si mesmo, era capaz de fazer surgir no coração de Jesus a sua oração pelos que O crucificavam, oração essa na qual se realiza plenamente o perdão de Deus. Estamos aqui na perspectiva característica de Lucas, que é provavelmente a mais acessível hoje em dia, a mais convincente para muitos, pois é necessário lembrar que, ao contrário dos relatos do passado, aquilo que salva, que dá o perdão, não é o sangue de Jesus, nem o seu sofrimento, nem a sua morte, mas o amor em nome do qual Ele vai até assumir todo este destino trágico, com o objectivo de o transformar em misericórdia.

5. Coloca-se assim uma questão difícil e incómoda: qual a necessidade de todo este drama, se é de perdoar que se trata? Porque é que o perdão de Deus tem este preço: o Pai entrega o seu Bem-amado e este entrega-se às mãos dos que O crucificam? A questão volta a surgir: O que é que este drama revela relativamente ao perdão de Deus em Jesus Cristo? Em primeiro lugar mostra até onde vai o amor de Deus para vir ao nosso encontro. Depois e paralelamente, até onde vai o pecado, com o seu rol de consequências.

O perdão será fazer como se o mal não tivesse acontecido, da mesma forma que se limpa um quadro com um apagador? Se o pecado – relembremo-lo – consiste em viver deliberadamente o apego egoísta a si próprio, sem referência nem a Deus nem ao próximo, quanto mal não acumulou esta atitude? Quantos direitos não espezinhou? Quantos erros de todo tipo não multiplicou? Uma responsabilidade assim pode simplesmente eximir-se, eliminar-se?

Eis a razão pela qual Jesus, enfrentando o pecado dos homens, enfrenta também todas as suas consequências: infâmia, angústia, sofrimento atroz, que levam à morte. Neste contexto o perdão não seria capaz de dizer: Ah, não foi nada! Na verdade, ele é dado sem reservas. Mas é preciso que eu o acolha, o que supõe uma transformação de todo o ser, o reverso do egocentrismo, uma reparação, tanto quanto possível, para com o outro, uma mudança radical de hábitos, uma recusa de tudo o que é mau. Tudo isto de maneira a orientar a vergonha e o sofrimento para o contrário do pecado: uma vida oferecida. Em suma, o acolhimento do perdão supõe da minha parte uma conversão e um compromisso perante Deus, bem como uma atenção renovada ao próximo.

Não é precisamente isto que se realiza através da Paixão de Jesus? Tomando sobre Si todas as consequências do pecado, Ele transforma-as: de facto, Jesus pega num sofrimento atroz e na infâmia de agonizar publicamente num patíbulo e transforma-os numa caminhada vitoriosa para a vida nova, a ressurreição.

Devemos então falar de castigo? É possível. O Novo Testamento quase não o faz, mas Isaías diz do servidor: «O Senhor carregou sobre ele todos os nossos crimes» (Is 53,6). Aqui, tratando-se de Jesus, estamos novamente perante um atalho. Não é Deus que castiga, sou eu que, fazendo o mal ou recusando o bem que se espera de mim, me faço mal a mim mesmo e me vou perdendo. Neste sentido, o pecado revela-se uma auto-punição. E é também isso que Jesus carrega sobre Si.

Acima apresentava-se uma questão: o sofrimento ligado ao pecado, tal como Jesus o enfrenta. Ora o perdão não elimina o sofrimento. Por um lado, o sofrimento está presente em toda a vida humana: o que é que se pode fazer? Por outro lado este redobra-se num profundo sofrimento espiritual em todos os que são tocados e arrebatados pela visão do Crucificado. O coração é confrontado, não só com este espectáculo e com o preço deste perdão, mas enfrenta também a seguinte questão: como mostrar-me à altura deste acontecimento? Como viver dignamente este perdão?

Que papel desempenha o sofrimento – qualquer sofrimento – no que designámos acima de «transformação»? O perdão chama-o também a esta transformação. Seja dor, vergonha, desgosto ou sentimento de fracasso provocados pelo pecado, é-lhe proposto e pedido que se torne participante dos sofrimentos de Cristo e que nos configuremos com a sua morte, como diz audaciosamente São Paulo. Sem nunca ser um bem em si próprio, o «lado bom» do sofrimento físico, moral ou espiritual será, tanto quanto possível, o ser vivido como uma forma privilegiadamente próxima de comunhão com Cristo, uma maneira preciosa de se dar com Ele no amor.

Assim, a reconciliação com Deus não tem nada de fácil, de insignificante, nem de automático. É através dos sacramentos, por meio da fé e de uma vida de santificação que acolhemos o perdão. Ele é-nos oferecido com total generosidade e espera de nós uma reciprocidade de generosidade. Definitivamente, o perdão é Deus que vem até mim. O acolhimento que faço desse perdão consiste em ir até Deus. É esta a aliança selada em Jesus Cristo.

6. Chegamos assim à questão do sacrifício. Um termo que desagrade a muitos hoje em dia, pelo facto de, nas nossas línguas e mentalidade, este termo ter mudado completamente de sentido. Em linguagem corrente, tornou-se sinónimo de infelicidade, de um acidente, com um cheirinho a castigo. Ou ainda de um acto ao qual nos obrigamos, sem amor, com a ideia de que quanto mais desagradável for, maior valor tem. Ou mesmo de algo que pomos de lado, como que desprovido de valor. Além disso, para a mentalidade actual, este termo veicula uma ideia insuportável de violência, devido ao sangue derramado e à morte do animal a que parece resumir-se o sacrifício no Antigo Testamento.

Será necessário renunciar ao termo e substituí-lo por outro que tenha mantido a sua beleza: oferenda, por exemplo? Ou então trocar de mentalidade, recuperar os passos da degradação do sentido de sacrifício? Individualmente somos livres a este respeito. Mas o Novo Testamento existe, lido tantas vezes nas liturgias eucarísticas, falando tranquilamente do sacrifício, com o Antigo Testamento em pano de fundo.

Ora, para este último, o sacrifício, em estreita ligação com a aliança, tem o significado essencial de me unir a Deus, de me encaminhar para a sua graça. O sangue é preciosíssimo na medida em que representa a vida que vem de Deus e que nós Lhe oferecemos num rito de agradecimento.

Já humanamente, existe uma regra de vida segundo a qual devemos renunciar a alguma coisa para «conseguir» outra, ou seja, para podermos crescer num outro plano. E, diante de Deus, sacrificar é retirar uma parte daquilo que d'Ele recebemos para Lha apresentar em acção de graças. Mas, no fim de contas, é a nós mesmos que oferecemos e, através do sacrifício, a nós mesmos que recebemos. Não é o que se realiza na Eucaristia?

No Antigo Testamento, a passagem que melhor situa o sacrifício enquanto rito de aliança é aquela em que se vê recolher o sangue (a vida!) de touros imolados numa bacia. Moisés sela nesse momento a aliança entre Deus e o povo aspergindo com esse sangue o altar, símbolo da presença de Deus, e o povo. Uma palavra sacramental acompanha o rito e exprime o seu sentido: «Eis o sangue da aliança» (Ex 24,8). Estas mesmas palavras são retomadas por Jesus na passagem da instituição da ceia. Na véspera da Paixão, Jesus considera a sua pessoa e o dom da sua vida como a aliança selada definitivamente entre o Pai, a Quem Ele Se oferece, e os homens, por quem Ele Se oferece.

Além disso, na profecia da Páscoa que a ceia de quinta-feira santa constitui, retomam-se também todos os acontecimentos pascais da libertação do Egipto, da ceia pascal, da travessia do Mar Vermelho. Jesus é a sua realização nova e eterna. Ele é – como já vimos – a «nossa Páscoa», a nossa libertação, a nossa passagem para a luz.

De todos os sacrifícios da antiga lei, os primeiros cristãos só conservaram o «sacrifício de expiação» como símbolo da Paixão. Mais uma vez, sem qualquer ideia de castigo, trata-se da aliança selada novamente pela oferta do sangue, da vida, através da qual se exprime a reconciliação com Deus. Mas não voltemos a este assunto: já o discutimos a propósito da Carta aos Hebreus.

7. Foi num hino da Igreja muito antigo que São Paulo encontrou a expressão mais forte para evocar a humildade que representam a encarnação e, mais ainda, a cruz: «esvaziou-se a Si mesmo (não relativamente à sua pessoa mas em termos da sua condição de Filho de Deus), tomando a condição de servo... rebaixou-se a si mesmo, tornando-se obediente até à morte e morte de cruz.» (Fl 2, 7-8).

Assim, a cruz é o culminar deste movimento de amor, em que a humilhação e a exaltação de Jesus são apenas um. Porque a sua ressurreição não é de modo algum a vingança da vida sobre a morte, da glória sobre a humilhação. Não é a vingança, não é o seu contrário, mas sim a revelação do que teria sido realmente a Paixão. É assim a audácia de Deus, o seu poder, bem real, e a sua soberania: a morte de Jesus na cruz revela-se vitória da vida, êxito do desígnio eterno de Deus, a forma suprema de que se reveste o amor para se oferecer.

Definitivamente, o poder de Deus, através da Paixão, revela-se na sua capacidade de retirar o melhor do pior, a maior vitória da maior derrota, a ressurreição da morte. Sim: na cruz. Cabe-nos a nós, então, procurar a forma como tudo isto pode ressoar na nossa própria existência se decidirmos «conhecer a Cristo, na força da sua ressurreição e na comunhão com os seus sofrimentos» (Fl 3,10).

Copyright © Ateliers et Presses de Taizé 2010